

O problema do determinismo no materialismo histórico

The problem of determinism in historical materialism

DOI:10.34117/bjdv7n10-076

Recebimento dos originais: 07/09/2021

Aceitação para publicação: 08/10/2021

Lutiero Cardoso Esswein

Doutorando em Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha - Porto Alegre - Rio Grande do Sul

CEP: 90040-060

E-mail: Lutieroess@gmail.com

RESUMO

Uma das grandes questões discutidas no interior da tradição marxista diz respeito à primazia explicativa das forças produtivas que Marx atribui ao processo histórico. Em razão dessa primazia, muitos autores marxistas compreendem que o materialismo histórico se configure como uma teoria determinista, assentada no desenvolvimento tecnológico. Será defendido nesse artigo que a função explicativa das forças produtivas no interior do materialismo histórico é a de estabelecer o conjunto das possibilidades históricas, de modo que outras variáveis, como a luta entre classes, também exercem um papel explicativo relevante e que, portanto, a concepção materialista da história não se constitui em uma teoria determinista.

Palavras-chave: Relações de produção, forças produtivas, agência social, produtividade do trabalho, trabalho excedente.

ABSTRACT

One of the great issues discussed within the Marxist tradition concerns the explanatory primacy of the productive forces that Marx attributes to the historical process. Due to this primacy, many Marxist authors understand that historical materialism is configured as a deterministic theory, based on technological development. It will be defended in this article that the explanatory function of the productive forces within historical materialism is to establish the set of historical possibilities, so that other variables, such as the struggle between classes, also play a relevant explanatory role and that, therefore, materialist conception of history does not constitute a deterministic theory.

Keywords: Production relations, productive forces, social agency, labor productivity; surplus labor.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da obra de Marx, é expressa uma concepção geral do processo histórico em que as forças produtivas e o seu desenvolvimento são concebidos como elementos explicativos fundamentais na compreensão das transformações que se sucedem nas formas da reprodução social. É dito muitas vezes pelo filósofo alemão que as forças de produção determinam as relações de produção. Muitos teóricos marxistas concluíram

disso que o processo histórico poderia ser explicado apenas a partir do desenvolvimento das forças de produção.

Essa interpretação, ao reduzir o processo histórico a uma mera função do desenvolvimento das forças de produção, desconsidera a importância explicativa dos conflitos políticos, das contingências históricas e das especificidades do contexto de cada sociedade ou época. Todavia, esses outros elementos teóricos também exercem uma função explicativa essencial nas formulações de Marx sobre o processo histórico.

É necessário, portanto, demonstrar de que modo as forças de produção determinam as relações de produção sem que o caráter específico dessas últimas, assim como suas transformações históricas, sejam explicadas unilateralmente pelo desenvolvimento das forças produtivas, de modo que as demais variáveis, citadas no parágrafo anterior, também exerçam um papel explicativo central na compreensão do processo histórico. Será defendido nesse artigo que a proposta interpretativa do materialismo histórico elaborada por Levine (1984), a qual concebe o materialismo histórico como uma teoria das possibilidades históricas, permite concretizar essa tarefa.

O presente artigo se dividirá em quatro partes: na primeira, será exposto com mais pormenores os problemas decorrentes de uma interpretação determinista do materialismo histórico; na segunda, será investigado em que consiste o desenvolvimento das forças produtivas, bem como as categorias de trabalho excedente e mais-produto, que se constituem em categoriais importantes do materialismo histórico; em seguida, exporemos a interpretação de Levine da teoria de Marx e defenderemos que ela permite solucionar os problemas decorrentes de leituras deterministas dessa teoria; também será exposto, nesta terceira seção, um acréscimo à interpretação de Levine, que julgamos ser essencial para uma formulação mais precisa do materialismo histórico. Por fim, encerraremos o texto com as considerações finais.

2 A PRIMAZIA DAS FORÇAS PRODUTIVAS E O DETERMINISMO HISTÓRICO

A formulação mais famosa em que Marx atribui às forças de produção um papel explicativo de suma relevância para o processo histórico é a que se segue:

[...] na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais [...]. Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças

produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social (MARX, 2008, p.47).

Neste famoso parágrafo, Marx mobiliza quatro teses: i) em um determinado momento do processo histórico, as relações de produção estabelecidas possuem uma relação de correspondência com as forças produtivas; ii) ao longo do processo histórico, as forças produtivas se desenvolvem; iii) em um dado momento desse desenvolvimento, as forças de produção entram em contradição com as relações de produção existentes; iv) estabelecida essa contradição, irrompe-se uma época revolucionária em que as relações de produção devem ser modificadas para que a correspondência entre elas e as forças produtivas seja reestabelecida.

Como se depreende desse texto, Marx estabelece uma prioridade causal às forças produtivas e ao seu desenvolvimento na explicação do processo histórico. Diferentes interpretações foram atribuídas a essa relação de prioridade causal no interior do debate marxista, dentre as quais se destacou, por muito tempo, a interpretação oficial da União Soviética, a qual defendia que para cada nível de desenvolvimento das forças de produção há uma e apenas uma forma de organização da produção social compatível, tratando-se, portanto, de uma relação unívoca de correspondência. A implicação necessária dessa interpretação do materialismo histórico é a de que o processo da história se configuraria como um movimento linear, fatalista, absolutamente independente da vontade e agência humana, bem como um movimento “etapista”, pois, segundo essa interpretação, todas as sociedades teriam de perpassar pelas mesmas etapas históricas ao longo de seu desenvolvimento. A insustentabilidade teórica e incongruência empírica dessa concepção fizeram com que ela fosse rechaçada do debate marxista contemporâneo.

A interpretação do materialismo histórico segundo a concepção da prioridade causal das forças produtivas que mais se destacou no debate recente foi a fórmula por Cohen (2000). Para este autor, “[...] an economic structure corresponds to the achieved level of the productive forces means: the structure provides maximum scope for the fruitful use and development of the forces, and obtains because it provides such scope” (COHEN, 2000, p. 278-279).

Deste modo, determinada forma de sociabilidade econômica persistiria como a forma dominante ao longo de um período de tempo porque, nesse interim, ela possibilitaria uma utilização eficiente da capacidade produtiva estabelecida pelas forças

de produção, assim como um desenvolvimento destas últimas. Ao longo deste desenvolvimento, as formas econômicas, até então ótimas, tornariam-se defasadas e, por esta razão, acabariam por ser substituídas por outras formas mais adequadas em termos de utilização eficiente das novas potências produtivas estabelecidas.

Todavia, essa interpretação comunga de alguns problemas com a interpretação etapista: a atribuição de um caráter fatalista ao processo histórico e a concepção da agência humana como um mero epifenômeno do desenvolvimento da produtividade.

As transformações que se realizam no interior de uma estrutura econômica não são produto de forças naturais, mas sim da própria ação dos seres humanos; além disso, modificações da estrutura econômica implicam também em alterações das relações de poder e, por conseguinte, em conflitos de interesses entre classes.

A partir de um determinado momento do processo histórico, que, como veremos, assenta-se no desenvolvimento da produtividade do trabalho, as inúmeras sociedades passaram a se organizar em torno de relações econômicas que envolvem classes; a partir deste ponto da história, qualquer transformação que se suceda na reprodução social implica também em modificações das classes que constituem sua estrutura ou em transformações das relações de poder entre as classes estabelecidas. As transformações históricas das formas de sociabilidade se realizam a partir da agência das classes cujos interesses se assentam nessas transformações. Todavia, contrapõem-se àquelas as classes que compartilham do interesse na manutenção das formas sociais vigentes, aglutinadas em forças políticas orientadas à preservação dessas formas. Sendo assim, a “adaptação” das estruturas econômicas aos níveis crescentes do desenvolvimento das forças produtivas depende de que a resultante dos conflitos entre classes conduza à transformação da base econômica.

Cohen não nega a importância, para a teoria de Marx, da guerra entre classes como mecanismo da transformação da história, mas a reduz a um mero efeito passivo das transformações tecnológicas. Segundo sua interpretação, com a incompatibilidade estabelecida entre relações de produção e forças produtivas, a insatisfação social eleva-se e um conflito entre as classes interessadas na transformação e aquelas interessadas na conservação da forma social vigente acaba por irromper-se; o resultado deste conflito também é explicado pelo autor como um efeito mecânico da incompatibilidade estabelecida:

Classes are permanently poised against one another, and that class tends to prevail whose rule would best meet the demands of production. But how does the fact that production would prosper under a certain class ensure its dominion? Part of the answer is that there is a general stake in stable and thriving

production, so that the class best placed to deliver it attracts allies from other strata in society. Prospective ruling classes are often able to raise support among the classes subjected to the ruling class they would displace. Contrariwise, classes unsuited to the task of governing society tend to lack the confidence political hegemony requires, and if they do seize power, they tend not to hold it for long (COHEN, 2000, p.294).

Ou seja, para o autor, a classe que consegue se estabelecer como a classe dominante é aquela cujo projeto de poder traz benefícios econômicas para uma maior parcela da sociedade e que, por isso, consegue agregar outras classes, constituindo, assim, uma força política de maior potência.

O caráter reducionista dessa explicação não se deve apenas à atribuição mecanicista que confere à agência humana, mas também ao caráter abstrato que imputa à mesma, pois o autor estabelece que a ação humana e os resultados dos conflitos sociais sempre serão os mesmos, ou sempre serão regidos pela mesma lógica trans-histórica, independentemente do contexto social em que se inscrevem.

Esta suposição trans-histórica de Cohen de que a agência das classes sociais é determinada mecanicamente pelo desenvolvimento tecnológico e posterior contradição das forças produtivas com as relações de produção não encontra sustentação nos textos de Marx, para quem a irrupção de conflitos abertos entre classes e os resultados desses conflitos dependem de inúmeras variáveis que se assentam nas particularidades históricas de cada época e em contingências que inviabilizam uma concepção mecanicista do processo histórico (MARX, 1998; 2009; 2011). Ao contrário do que afirma Cohen, a capacidade de uma classe revolucionária em promover uma revolução não pode ser explicada apenas a partir do desenvolvimento das forças produtivas; ademais, esse desenvolvimento pode, ao contrário, enfraquecer essa capacidade, como reconhecem Levine, Sober e Wright:

[...] as capacidades de classe são determinadas por uma variedade de fatores que são irredutíveis ao desenvolvimento das forças de produção. [...] a própria mudança tecnológica pode minar, sistematicamente, as capacidades de luta entre classe da classe trabalhadora (LEVINE et al, 1993, p.74).

É bem verdade que Marx reconhece uma relação intrínseca entre o desenvolvimento das condições materiais de produção e o fortalecimento de uma

consciência de identidade de classe do proletariado e, por conseguinte, um crescimento de sua capacidade política, no interior do desenvolvimento do capitalismo no século XIX:

[...] com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire consciência dela. Os interesses, as condições de existência do proletariado se igualam cada vez mais à medida que a máquina extingue toda a diferença de trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo (MARX, 1998, p.47).

Todavia, as afirmações contidas nessa citação não constituem uma tese trans-histórica da correlação entre o desenvolvimento das forças produtivas e a potencialização da capacidade transformativa das classes exploradas; mais que isso, essa correlação estabelecida no parágrafo citado nem sequer pode ser entendida como válida para todo o desenvolvimento histórico do capitalismo, pois ela consiste apenas em uma descrição empírica de um movimento histórico que, naquele contexto particular do capitalismo, se realizava, e não em uma exposição categorial de uma dinâmica necessária à forma capitalista.

Muito ao contrário do que uma dinâmica necessária, o que se viu no desenvolvimento ulterior do capitalismo da época vitoriana foi a reversão dos aspectos acima descritos, isto é, a descentralização das massas de trabalhadores em um número maior de centros produtivos, como consequência tanto do aumento da composição orgânica de capital, do qual resulta uma demanda menor de trabalhadores no processo de produção de cada ramo produtivo particular, quanto da reconfiguração contínua da divisão social do trabalho, caracterizada, em geral, por um processo de deslocamento dos trabalhadores dos setores primários e secundários para o terciário, setor este configurado por uma dispersão maior das massas de trabalhadores e menor capacidade de organização destes. Acrescem-se a esses fenômenos, intimamente vinculados às transformações das condições econômicas, mecanismos políticos mobilizados pelas classes dominantes com a finalidade de dissolução da capacidade organizativa da classe trabalhadora, como a ideologia neoliberal e as perseguições ao sindicalismo.

Se não é possível construir uma concepção necessária e automática da agência social no interior de uma época histórica delimitada, tampouco é possível a construção de uma concepção trans-histórica de uma agência social necessária em que são desconsideradas as particularidades históricas de cada época e as contingências próprias dos conflitos sociais de cada momento histórico.

Contudo, se por um lado a agência social não pode ser explicada apenas como uma função do desenvolvimento das forças produtivas, por outro, também não se pode interpretar o materialismo histórico como uma teoria que explica o processo da história apenas a partir da luta entre classes, como se desta última pudesse derivar todo tipo de resultado sem nenhuma restrição quanto às possibilidades históricas de cada época; ademais, a tese constituinte dessa teoria da história que afirma que as forças de produção determinam as relações de produção, reafirmada inúmeras vezes ao longo da obra de Marx, não pode simplesmente ser ignorada.

Portanto, faz-se necessário demonstrar de que modo as forças produtivas determinam as relações de produção sem que, com isso, a agência social seja reduzida a um mero mecanismo reativo às transformações tecnológicas e a contingência, atrelada às especificidades de cada época histórica, seja negada em prol de uma concepção fatalista do processo histórico; ou, dito em outras palavras, é preciso demonstrar de que modo a sustentação da contingência da história e da autonomia relativa da agência social, como elementos essenciais do processo histórico, podem ser conciliadas com a tese de que as forças de produção determinam as relações de produção.

Na próxima seção será expresso em que consiste o desenvolvimento das forças produtivas, tendo em vista a sua importância na questão colocada; em seguida, será exposta a interpretação de Levine (1984) do materialismo histórico e de que modo ela possibilita enfrentar os problemas decorrentes das interpretações *tecnologicistas*.

3 O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS E O MAIS-PRODUTO

No primeiro capítulo de *O Capital*, encontramos uma passagem que elucida em que consistem as forças produtivas e o seu desenvolvimento:

Força produtiva é sempre, naturalmente, força produtiva de trabalho útil concreto, e determina, de fato, apenas o grau de eficácia de uma atividade produtiva adequada a um fim, num espaço de tempo dado. O trabalho útil torna-se, portanto, uma fonte mais rica ou mais pobre de produtos, em proporção direta ao aumento ou à queda de sua força produtiva (MARX, 1996, p.175).

O primeiro ponto a ser considerado nesse parágrafo é o de que a força produtiva é um atributo do trabalho útil concreto. Este último é o trabalho “cuja utilidade representa-se, assim, no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu produto é um valor de uso” (MARX, 1996, p.171). Sendo assim, o trabalho concreto consiste no trabalho

considerado segundo suas determinações específicas, isto é, segundo as operações produtivas particulares exigidas para a produção de cada tipo de valor de uso particular. O trabalho que extrai metais, o que confecciona sapatos e o que produz trigo são diferentes aplicações de energia produtiva humana e, como tal, são trabalhos concretos distintos entre si. Por fim, o trabalho concreto é uma determinação comum a todas as sociedades, pois todas as sociedades precisam reproduzir suas condições materiais de existência e, por conseguinte, precisam aplicar energia produtiva humana na produção de valores de uso específicos. Sendo assim, as determinações que se aplicam ao conceito de trabalho concreto têm validade para todas as formas históricas de sociabilidade econômica.

De que forma o desenvolvimento, ou mesmo a regressão, das forças produtivas se relaciona com o trabalho útil de modo que este se torne “uma fonte mais rica ou mais pobre de produtos” (MARX, 1996, p.175)? A resposta se resolve na constatação evidente de que um mesmo trabalho “fornece, no mesmo espaço de tempo, quantidades diferentes de valores de uso; mais, quando a força produtiva sobe, e menos, quando ela cai” (MARX, 1996, p.175). Ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas expressa um aumento da produtividade do trabalho, isto é, expressa que um mesmo dispêndio de energia produtiva, mensurável em unidades de tempo, passou a produzir uma massa maior de valores de uso.

Contudo, não se deve incorrer no erro de considerar que Marx está interessado em contabilizações microscópicas, na mensuração do aumento da produtividade do trabalho deste ou daquele trabalhador individual. Toda vez que o filósofo alemão discorre sobre o desenvolvimento das forças produtivas, este fenômeno interessa-lhe em razão de suas implicações para a reprodução e dinâmica das formas de sociabilidade, e essas implicações, consideradas segundo essa abrangência ampla, somente se sucedem quando o aumento das forças de produção não é um atributo fortuito ou contingente de um trabalhador individual, mas sim quando denotam um aumento da produtividade social do trabalho. As consequências desse aumento se tornam muito evidentes quando se realizam no interior daqueles ramos de produção que, até então, exigiam um dispêndio muito grande de trabalho da sociedade ou quando, em razão da descoberta de novas tecnologias amplamente aplicáveis, se realizam no interior de diversos ramos produtivos. Sendo assim, o desenvolvimento das forças produtivas expressa o desenvolvimento da produtividade social do trabalho.

As causas desse progresso variam: podem consistir na invenção de novas técnicas de trabalho, na descoberta de novas tecnologias e novas fontes energéticas ou mesmo na

aplicação de formas organizacionais do processo de trabalho, quando este se dá de forma coletiva, como nos modelos fordista e taylorista. Mas qualquer que seja a razão para tal aumento na produtividade social do trabalho, este aumento implica que a sociedade, como um todo, necessita despende menos trabalho para produzir determinados valores de uso.

Duas importantes consequências decorrem dessa poupança de trabalho nos ramos produtivos já estabelecidos: a diversificação da divisão social do trabalho e a criação e expansão do excedente econômico dos produtores diretos.

Conforme a produtividade social do trabalho nos ramos de produção já estabelecidos vai se desenvolvendo, as forças individuais de trabalho mobilizadas nestes ramos vão se tornando redundantes e, por conseguinte, podem ser transferidas para a produção de novos valores de uso. Com isso, amplia-se a diversidade dos ramos de produção, dos valores de uso produzido e, por conseguinte, surgem novos tipos de trabalho concreto.

Antes de explicitar a relação entre o excedente econômico e o aumento da produtividade, faz-se necessário apresentar a concepção de Marx de classes enquanto elemento constituinte da estrutura das relações de reprodução social.

Para Marx (1986), as relações de produção que envolvem classes se configuram pela relação entre, de um lado, os produtores diretos e, do outro, os proprietários das condições de produção, a quem se pode denominar também de classe dominante. Os primeiros constituem a classe responsável pela produção da riqueza material, ou seja, são os indivíduos cujo dispêndio de energia produtiva cria a massa de valores de uso que se destina ao fundo de consumo de toda a sociedade e ao fundo de investimento produtivo; os segundos são definidos por Marx como o grupo de indivíduos que possui gerência direta sobre o processo produtivo e cujo consumo se origina do excedente produzido pelos produtores diretos. O que deve ser destacado como elemento fundamental na continuidade do argumento aqui mobilizado é que, segundo a concepção de Marx, toda a riqueza material é produzida pelos produtores diretos.

A jornada de trabalho dos produtores diretos, sempre mensurada em unidades de tempo, se decompõe em duas partes: o trabalho necessário e o trabalho excedente. Pode-se depreender, a partir do parágrafo que se segue, em que consistem essas parcelas da jornada de trabalho:

Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente destinado a produzir

os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção [...] (MARX, 1996, p.349).

A parcela necessária da jornada de trabalho é aquela em que os produtores diretos produzem os valores de uso necessários para a satisfação de suas necessidades, dentre as quais as que se relacionam à sua conservação fisiológica; se a jornada de trabalho não fosse composta por essa parcela, os produtores diretos faleceriam por inanição. Se a duração da jornada de trabalho é maior do que esse tempo em que os produtores diretos precisam produzir seus víveres, então, obviamente, o produto do seu trabalho é constituído de uma quantidade maior de valores de uso de que eles precisam para satisfazer suas necessidades básicas. A parcela de valores de uso que excede o consumo dos produtores diretos é denominada por Marx (1996) de mais-produto, e a parcela da jornada de trabalho em que esse mais-produto é produzido, de trabalho excedente.

O excedente econômico ou mais-produto, como um produto regular da produção social, não é consequência de uma dádiva da natureza, mas sim do desenvolvimento histórico das capacidades produtivas humanas; é por meio desse desenvolvimento que, como vimos, a massa de valores de uso produzida por um mesmo *quantum* de trabalho vai aumentando e, em um dado momento desse progresso, os produtores passam a produzir mais valores de uso do que aqueles necessários para sua autoconservação.

O excedente econômico não pressupõe a existência de uma classe dominante, mas, inversamente, não poderia haver classes dominantes sem a existência de um excedente a ser extorquido dos produtores diretos. Por conseguinte, temos aqui já estabelecida uma primeira vinculação entre as forças produtivas e as relações de produção: que estas últimas possam ser estruturadas em torno de relações entre classes, disto depende que as forças de produção, ou a capacidade produtiva do trabalho social, já se tenha desenvolvido até um certo grau que possibilite um mais-produto regular extraído junto aos produtores diretos.

4 A PRIMAZIA DAS FORÇAS PRODUTIVAS E AS POSSIBILIDADES HISTÓRICAS

Nesta seção será exposta uma interpretação do materialismo histórico em que este é compreendido enquanto uma teoria das possibilidades históricas; será defendido que essa interpretação possibilita reter a importância explicativa do desenvolvimento da produtividade do trabalho sem que a agência social seja reduzida a um mero epifenômeno

desse desenvolvimento e as contingências históricas sejam desconsideradas. Por fim, será acrescentado um novo elemento teórico à interpretação proposta, o qual é extraído da concepção de Marx das relações capitalistas.

A principal formulação dessa interpretação é proposta por Levine (1984), para quem o materialismo histórico pode ser concebido como “a theory of possible production relations; an account of whats can be placed on the historical agenda, in view of the level of development of productive forces” (LEVINE, 1984, p.194).

Segundo essa interpretação, o grau de desenvolvimento das forças de produção determina as relações de produção no sentido de que o primeiro estabelece o conjunto das formas de sociabilidade econômica possíveis. Se a conexão entre ambos é compreendida nestes termos, então os conflitos sociais e seus resultados, bem como as contingências históricas, não são excluídos das explicações do processo histórico e tampouco reduzidos a meros epifenômenos das forças de produção. Entendido segundo essa interpretação, o materialismo histórico se constitui em uma teoria das possibilidades históricas.

As determinações próprias de cada sociedade, em que se incluem suas especificidades culturais, bem como as particularidades geográficas do meio em que se assentam, são elementos fundamentais para se compreender o processo de constituição de suas formas de reprodução material. Os potenciais inscritos de transformação de cada sociedade são sempre vinculados às especificidades históricas, que não podem ser compreendidas no interior de uma concepção universalista da história. Além disso, os conflitos sociais, que podem resultar tanto na preservação de uma forma de sociabilidade quanto em uma transformação, dependem também de variáveis históricas que não se limitam à capacidade produtiva do trabalho. Todavia, quaisquer que sejam aqueles potenciais inscritos de transformação, quaisquer que sejam as resultantes dos conflitos sociais, têm sempre de estar incluídos no interior das possibilidades históricas, e estas, segundo a concepção de Levine (1984) do materialismo histórico, são determinadas pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Como vimos na seção anterior, um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e o surgimento de um mais-produto são condição necessária para o aparecimento de formas da reprodução social assentadas na existência de classes. Contudo, a mera existência desse desenvolvimento não determina que a estrutura econômica seja constituída por relações de classe. A diminuição do tempo de trabalho que os produtores precisam despender para produzir o seu próprio sustento pode implicar na diminuição da própria jornada de trabalho ao invés do surgimento de um excedente

econômico; ou ainda, em havendo um mais-produto, esse pode ser usado para outras funções que não a sua apropriação por uma classe de não-produtores, como em sociedades tribais que sacrificam parte de seu excedente em rituais religiosos. Ou seja, o desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho e a existência de um mais-produto regular estabelecem a possibilidade de que a estrutura econômica seja configurada pela extração do excedente dos produtores diretos por uma classe dominante, porém, para que essa possibilidade se concretize, isso depende de fatores contingentes, específicos de cada contexto histórico.

Compreendida nestes termos, a concepção materialista da história deixa de se caracterizar como uma interpretação “etapista” do processo histórico, pois o grau de desenvolvimento das forças produtivas estabelece um conjunto de formas econômicas possíveis, e não apenas uma. Como Cohen (2000) reconhece, ao longo de um enorme período da história humana, que se inicia com o surgimento das primeiras grandes civilizações, o desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho se deu de maneira muito lenta e, por conseguinte, o volume do mais-produto se manteve mais ou menos intacto; no interior desse contexto histórico, do qual fizeram parte muitas sociedades assentadas nessas condições materiais de produção semelhantes no que tange à produtividade do trabalho, três formas de reprodução social existiram: os denominados modo de produção escravista, feudal e tributário.

Essas três formas distintas coexistiram em um mesmo ponto do tempo, cada qual correspondendo a sociedades diferentes. Ademais, também foi o caso de que, no processo de desenvolvimento histórico de uma mesma sociedade, uma forma se sucedeu à outra sem que tivesse havido uma transformação da produtividade do trabalho. Ou seja, tratavam-se de formas distintas que eram tornadas possíveis pelo mesmo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Exemplifica uma tal sucessão a desintegração da produção escravista na Roma Antiga e a decorrente constituição das relações feudais. Como explica Anderson (1987), a dissolução das relações escravistas não se deu porque as forças produtivas se desenvolveram, mas sim porque houve uma diminuição do número de trabalhadores escravos que sustentavam a máquina estatal romana e, por conseguinte, o volume do mais-produto também diminuiu.

Outro ponto importante a se destacar é que não existem infinitas formas possíveis de relações de produção, como reconhece Hobsbawm (1991). É por esta razão que sociedades sem conexão e, por conseguinte, sem influências recíprocas, compartilharam de formas de reprodução social semelhantes, tal como a forma tributária, compartilhada

pelos Incas e Egito Antigo, e a feudal, compartilhada pelas sociedades da Europa no período posterior ao Império Romano e o Japão.

Por outro lado, algumas formas de sociabilidade econômica que se tornaram possíveis com o desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho não se mostravam possíveis nas condições de produção anteriores a esse desenvolvimento. Ou seja, a capacidade produtiva do trabalho não apenas estabelece o que é possível, mas também aquilo que não é possível. Este é o caso das formas sociais pré-capitalistas constituídas por classes até certo momento do processo histórico em que a produtividade do trabalho ainda não estava suficientemente evoluída para permitir um mais-produto regular. O mesmo se sucedeu à forma capitalista da reprodução social. O pressuposto histórico para o surgimento das relações de produção capitalistas foi a ampliação da capacidade produtiva do trabalho para um nível maior do que aquele de que dependem as formas escravista, feudal e tributária. Isto se deve ao fato de que a produção capitalista, por ser uma produção mercantil, somente pode se assentar em uma sociedade cujas condições materiais possibilitam uma ampla diversificação da divisão social do trabalho, e essas condições se vinculam, precisamente, a um desenvolvimento elevado das forças de produção.

Por conseguinte, com o desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho, formas de organização da produção social que outrora eram inviáveis tornam-se possíveis. Como no exemplo citado no parágrafo anterior, o desenvolvimento das forças de produção no interior das sociedades agrárias possibilitou a conversão da produção de subsistência para a produção mercantil, assentando as bases para a forma capitalista da reprodução social.

Segundo a concepção de Marx, o mesmo se sucede com o socialismo. Este último somente se torna possível, isto é, somente adentra a agenda histórica, a partir do desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho que se realiza no interior da sociedade capitalista, pois se “a sociedade, tal como é, não contivesse, ocultas, as condições materiais de produção e circulação necessárias a uma sociedade sem classes, todas as tentativas de criá-la seriam quixotescas” (MARX apud ROSDOLSKI, 2001,p. 353). Deve-se destacar aqui que Marx concebia o socialismo como uma forma de sociabilidade assentada no princípio do livre desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, e a condição para tal é o desenvolvimento tecnológico promovido pelo capitalismo, pois é somente com esse desenvolvimento que o tempo de trabalho que a sociedade tem que dispor para produzir e reproduzir suas condições materiais de

existência se contrai e, deste modo, amplia-se o tempo que os indivíduos podem dispor para o desenvolvimento de suas faculdades físicas e criativas. Contudo, em congruência com a interpretação defendida neste artigo, essa ampliação da capacidade produtiva estabelece a possibilidade de uma sociedade como a acima descrita, mas sua concretização depende da agência social.

Por fim, como já indicado anteriormente, há mais uma determinação que pode ser acrescentada na interpretação do materialismo histórico enquanto uma teoria das possibilidades históricas; até aqui, tratou-se de explicitar a concepção de Levine; trata-se, agora, de estabelecer mais um aspecto a ser incluído nessa interpretação. Ressalta-se, contudo, que este último aspecto deriva-se das exposições de Marx (1996; 1986) sobre a forma capitalista, e não das formulações mais gerais do autor sobre o processo histórico.

Esta última determinação consiste no seguinte: em um dado momento do contínuo desenvolvimento das forças produtivas no interior de uma forma de reprodução social, esta pode deixar de fazer parte do conjunto de formas possíveis, o que, em último caso, pode expressar-se como um processo de desintegração interna, culminando em um colapso derradeiro. Como afirmado acima, este é o caso, para Marx, do que se sucede à forma capitalista como consequência do desenvolvimento das forças produtivas promovidas por ela mesma.

No interior das relações de produção capitalistas, há um desenvolvimento necessário das forças produtivas, o que as diferencia de formas de reprodução social anteriores, nas quais o desenvolvimento da capacidade produtiva não consistia em um imperativo. Esse fato faz com que o aumento da produtividade do trabalho tenha um papel ainda mais importante para a compreensão do processo histórico no interior da forma capitalista da reprodução social, pois

[O] desenvolvimento das forças produtivas suscitado pelo próprio capital em seu desenvolvimento histórico, alcançado certo ponto, suprime, em lugar de pôr, a autovalorização do capital. Para além de certo ponto, o desenvolvimento das forças produtivas devém um obstáculo para o capital (Marx, 2011, p.627).

Ou seja, no interior da forma capitalista da reprodução social, as forças de produção se desenvolvem sem limites e, em um dado momento desse desenvolvimento, as condições materiais que tornavam possível essa forma são modificadas por completo, fazendo com que ela deixe de ser possível. Como defende Kurz (2014), isso não implica em um colapso automático, mas em um processo de desintegração gradual; o que de uma

tal situação transcorrerá, isso depende da agência social, a qual, como já sustentamos, não pode ser explicada segundo fórmulas trans-históricas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar neste trabalho a pertinência da interpretação de Levine para solucionar os problemas decorrentes da interpretação determinista e *tecnologicista* do materialismo histórico.

Como vimos, segundo essa interpretação, o nível de desenvolvimento das forças produtivas delimita o conjunto possível das formas de reprodução social; qual, dentre estas últimas, acaba por efetivar-se em uma sociedade ou época determinada, isto depende das especificidades históricas e dos conflitos sociais.

Ao se desenvolverem as forças produtivas, o que, reiteramos, não é uma necessidade histórica nas formas pré-capitalistas da reprodução social, novas formas de reprodução social se tornam possíveis. Todavia, a efetivação ou não dessas novas potencialidades e, portanto, a dissolução ou não das formas sociais antigas, depende da agência social e, portanto, as transformações históricas não se realizam mecanicamente, como um resultado espontâneo do progresso tecnológico.

Por fim, a forma capitalista da reprodução social se diferencia das demais por possuir um imperativo, intrínseco, de desenvolvimento das forças produtivas; em um dado momento desse desenvolvimento, estabelece-se uma contradição entre as forças produtivas desenvolvidas e as relações de produção capitalistas, que pode expressar-se tanto em um colapso abrupto quanto em um processo de desintegração gradual. O modo com que essa contradição se resolverá no âmbito do processo histórico depende da ação humana.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. Trad.: Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

COHEN, Gerald. *Karl Marx's Theory of History: a Defence*. Princenton: Princenton University Press, 2000.

HOBBSAWN, Eric. "Introdução". In. MARX, K. *Formações Econômicas Pré-capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

LEVINE, Andrew. *Arguing for Socialism: Theoretical Considerations*. London: Routledge, 1984.

LEVINE, Andrew; SOBER, Elliot; WRIGHT, Erik Olin. *Reconstruindo o Marxismo*. Trad.: Pedrinho A. Guareshi. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. Trad.: Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. Trad.: José Paulo Netto. São Paulo: Global Editora, 1985.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Trad.: Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *Grundrisse*. Trad.: Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. Trad.: Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Trad.: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. *O Capital*, volume I, tomo I. Trad.: Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

MARX, Karl. *O Capital*, volume III, tomo I. Trad.: Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1986.

Kurz, Robert. *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Tradução de Lumir Nahodi. Lisboa: Antígona, 2014.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Trad.: César Benjamin. Rio de Janeiro: contraponto, 2001.